

Para Aureliano, posição da Shell e dos constituintes é 'exacerbada'



O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, critica debate sobre petróleo

Do correspondente em Campo Grande e da Sucursal de Porto Alegre

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, classificou ontem, em Dourados, a 215 km ao sul de Campo Grande (MS), de "exacerbada" tanto a posição dos constituintes da Comissão de Sistematização que aprovaram, na última terça-feira, emenda do deputado Fernando Santana (PCB-BA) que instituiu o monopólio estatal na distribuição de petróleo, quanto a assumida pela Shell, que ameaça deixar o país caso a proposta do pecebista seja mantida pelo plenário do Congresso constituinte.

Aureliano disse não compactuar com a adoção do monopólio na distribuição de petróleo, porque, "em primeiro lugar, a Petrobrás não tem condições de assumir esses serviços de imediato". O ministro admitiu que "a discussão do assunto é válida para que haja referências para pontos de avaliação e desenvolvimento tecnológico", mas disse ter "esperanças" de que o plenário da Constituinte suprima da nova Constituição a emenda de Fernando Santana.

Sobre a ameaça da Shell de deixar o país, Aureliano foi enfático. "Nós não devemos ficar atentos a qualquer tipo de ameaça, temos que atender aos interesses nacionais", disse. O ministro disse ainda que "temos de

evitar a exacerbção de princípios".

O ministro Aureliano Chaves definiu que deseja ver o presidente Sarney governar por 5 anos. "O mandato de 5 anos é uma posição racional para evitar uma eleição em 88 ainda sob a condição de uma Constituição inacabada, sem uma legislação complementar pronta", explicou.

O diretor da Distribuidora de Produtos de Petróleo Ipiranga, Sérgio Saraiva, classificou ontem de "nefasta" a emenda aprovada pela Comissão de Sistematização estabelecendo que a distribuição de gasolina e diesel só poderá ser feita pelas estatais ou empresas privadas com sede no país e com maioria do capital nacional. Ele criticou também a fixação do prazo determinado na concessão, "pois toda a atividade para a sua manutenção e desenvolvimento requer investimentos, o que é incompatível com prazo determinado".

Segundo Saraiva, a medida adotada pela Comissão de Sistematização é uma "incoerência, já que há um empenho do governo em reduzir a atividade do Estado na economia, através até de uma comissão interministerial de privatização". Ele afirmou que a Espanha e Argentina tinham a área de distribuição de derivados de petróleo estatizadas e "abriram porque prestavam mau serviço".

Fiesp articula afastamento de Albano da CNI

Da Reportagem Local

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) iniciou ontem um movimento para afastar o senador Albano Franco (PMDB-SE) da presidência da Confederação Nacional da Indústria (CNI) por entender que ele vem adotando no Congresso constituinte uma postura que se choca com as teses do empresariado.

Reunidos ontem pela manhã na sede da entidade, os presidentes de 60 dos 111 sindicatos que compõem a Fiesp decidiram que somente aceitarão a permanência de Albano à frente da CNI se ele se licenciar do cargo de senador. O voto favorável de Albano Franco à proposta que institui o monopólio da distribuição de petróleo, aprovada na Comissão de Sistematização, foi a gota d'água que desencadeou a oposição da Fiesp ao presidente da CNI. Segundo o empresário Nildo Masini, 48, vice-presidente da entidade paulista, a atuação de Albano já merecera **restrições do empresariado durante a votação da proposta de estabilidade no emprego.**

A emenda do monopólio da distribuição de petróleo foi "desaprovada" pela Fiesp na reunião de ontem. Em nota oficial, a entidade considerou que a proposta contraria princípios da ordem econômica já discutidos e aprovados na própria Comissão de Sistematização. Nildo Masini anunciou que a posição da Fiesp será levada a Albano Franco pelo presidente da entidade, Mario Amato.

Albano Franco quer novo texto para estabilidade

Do enviado especial a Brasília

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco (PMDB-SE), 47, de centro-direita (segundo levantamento feito pela Folha e publicado no caderno "Os Eleitos"), pediu ontem ao líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso (SP), 56, de centro-esquerda, que negocie dentro do partido um novo texto para o dispositivo sobre a estabilidade no emprego que irá figurar na nova Constituição.

Os dois se encontraram pela manhã, em um canto do plenário da Comissão de Sistematização do Congresso constituinte, por iniciativa do presidente da CNI. Albano acha que o ideal seria que o plenário da Constituinte aprovasse uma redação para esse tema que remetesse a regulamentação da estabilidade para o ano que vem, onde ela seria definida através de legislação ordinária. Ele sabe, contudo, que seus colegas empresários só concordam com essa redação se a Constituinte assegurar a indenização do empregado —o que dá ao empregador o direito de demitir, ainda que pagando mais. "Acho muito difícil que se aprove o item dessa maneira", disse ontem o senador Fernando Henrique. Amanhã, no Rio, o presidente da CNI terá uma reunião com as direções das companhias multinacionais distribuidoras de derivados de petróleo. Na última terça-feira, a Comissão de Sistematização aprovou a nacionalização da distribuição de combustível, com o apoio de Albano Franco.

Erramos

A Folha errou ao publicar na reportagem "Shell diz que vai deixar o Brasil se o plenário ratificar nacionalização" (pág. A-4 da edição de ontem) a informação de que Robert Anthony Broughton assumiria a presidência da empresa dentro de vinte dias. Broughton preside a Shell Brasil desde dezembro de 1986.